

X LEGISLATURA
ACTA Nº 30/X/3ª SL

Aos 28 dias do mês de Fevereiro de 2008, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional, na Sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta.

Havendo quórum para funcionamento e deliberação, nos termos do nº 5 do artigo 58º do Regimento da Assembleia, o Presidente da Comissão, Sr. Deputado Rui Vieira, iniciou os trabalhos, tendo sido aprovada a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da **Acta 29 (20 Fevereiro 2008)**.
2. Apreciação e votação do parecer referente ao **Projecto de Lei n.º 429/X /3ª** - Regulação dos horários de funcionamento das unidades de comércio e distribuição.
3. Apresentação e votação de **Requerimentos**.
4. **Outros assuntos:**
 - Expediente
 - Informações

No ponto 1 da Ordem do Dia, referente à **Apreciação e votação da Acta 29 (20 de Fevereiro)**, não havendo intervenções por parte dos Srs. Deputados, a acta foi submetida à votação, tendo sido aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

No ponto 2 da Ordem do Dia, referente à **Apreciação e votação do parecer referente ao Projecto de Lei n.º 429/X /3ª - Regulação dos horários de funcionamento das unidades de comércio e distribuição**, o Sr. Presidente indagou ao PCP se, conforme deliberado anteriormente¹, pretendia usar da faculdade de apresentação do Projecto de Lei, conferida pelo Artigo 132.º do Regimento, tendo o PCP dispensado essa prerrogativa. Desta forma, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Deputado José Miguel Gonçalves, que apresentou o parecer por si elaborado.

De seguida, o Sr. Deputado David Martins usou da palavra para cumprimentar o relator, sugerindo um maior esclarecimento no objecto e alterações propostas pelo P.J.L. A Sra. Deputada Rosário Águas cumprimentou, igualmente, o relator, considerando que, na sua opinião, o parecer explicitava bem o objecto em análise. O Sr. Deputado Afonso Candal considerou, no âmbito do ponto 3 das conclusões, serem diligências excessivas, solicitando o esclarecimento sobre se estas diligências seriam analisadas pela AR posteriormente à eventual aprovação do diploma na generalidade, ao que o Sr. Presidente assentou, aproveitando para cumprimentar o relator. O Sr. Deputado José Gonçalves não objectou às sugestões apresentadas pelo Sr. Deputado David Martins. Não havendo mais intervenções por parte dos Srs. Deputados, o parecer foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

No ponto 3 da Ordem do dia, relativo à **Apresentação e votação de Requerimentos**, o Sr. Deputado Agostinho Lopes apresentou os dois Requerimentos:

1. *Criação de um Grupo de Trabalho sobre o Têxtil e Vestuário*

¹ Vide Acta n.º 17, de 3 de Janeiro de 2008.

2. *Audição urgente do Sr. Presidente do IAPMEI)*

A Sra. Deputada Rosário Águas considerou, relativamente ao Requerimento 1, ser uma matéria muito importante e de carácter consensual entre os Grupos Parlamentares. Quanto ao Requerimento 2, deu conta do acordo do GP do PS, em face dos atrasos ocorridos nos pagamentos e no funcionamento deficiente da instituição em questão. Deu ainda conta ter o GP do PSD enviado um Requerimento ao Sr. Ministro da Economia relativamente a essa matéria.

O Sr. Deputado Jorge Seguro usou da palavra, saudando a intervenção da Sra. Deputada Rosário Águas, e dando conta que o GP do PS aguardaria pela resposta a esse requerimento.

A Sra. Deputada Teresa Venda deu conta do acordo do PS quanto ao Requerimento 1, sugerindo como mandato um ano, de modo a ser apresentado o relatório do Plano de Actividades – que vier a ser aprovado pela CAEIDR – antes do final da Legislatura.

O Sr. Deputado Helder Amaral, no âmbito do Requerimento 1, saudou a recomposição consensual do GT para acompanhar o sector têxtil. Quanto ao Requerimento 2, deu conta do voto favorável do CDS-PP, registando o aproveitamento por parte do PS de uma iniciativa política de outro GP.

O Sr. Deputado Afonso Candal deu conta do voto contra do GP do PS quanto ao Requerimento 2.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes, relativamente ao Requerimento 2, considerou que dada a actuação do IAPMEI, seria indispensável ouvir o seu dirigente máximo.

A Sra. Deputada Rosário Águas sublinhou a atitude recorrente do GP do PS de não aprovar Requerimentos para audição de diferentes entidades que não sejam do acordo do PS, independentemente do interesse público e, no caso, do interesse dos empresários a quem não são entregues pagamentos contratualizados, provenientes de fundos comunitários.

O Sr. Deputado José Gonçalves considerou que, na lógica do PS, são ouvidos em audição na CAEIDR apenas os Gestores dos Programas Operacionais do QREN.

O Sr. Deputado Afonso Candal recordou que os GP da oposição têm direito, fruto da reforma dos trabalhos parlamentares, de requerer potestativamente a audição das entidades que entenderem pertinentes.

Seguidamente, não havendo mais intervenções por parte dos Srs. Deputados, os Requerimentos foram submetidos a votação, tendo o Requerimento 1 sido aprovado por unanimidade, e o Requerimento 2 sido rejeitado com os votos contra do PS e a favor do PSD, CDS-PP e PCP. Foi deliberado agendar para a reunião seguinte da Comissão a definição do coordenador do GT.

No ponto 4 da Ordem do Dia, referente aos **Outros Assuntos**, o Sr. Presidente deu conhecimento do Despacho do PAR sobre a composição da delegação na visita programada aos Açores – participação do Presidente da Comissão e 1 Deputado de cada GP com assento na Comissão – considerando que o despacho inviabiliza a concretização do Plano de Actividades, dado que este prevê a deslocação da Comissão e não uma delegação da mesma.

O Sr. Deputado Helder Amaral concordou com o Sr. Presidente e questionou a Mesa sobre se o Plano de Actividades da Comissão não previa uma estimativa orçamental, o que o foi confirmado pelo Sr. Presidente.

A Sra. Deputada Rosário Águas considerou que as deslocações, sobretudo sendo mais dispendiosas, deveriam ser organizadas do modo mais económico possível. Contudo, considerando a generalidade do programa, seria inviável ir uma delegação tão pequena da CAEIDR, dado que cobria matérias da competência de vários Deputados.

O Sr. Deputado Afonso Candal usou da palavra para recordar ser esta deslocação da iniciativa da Comissão, tal como no caso anterior da deslocação temática da Inovação, com a diferença de que no caso dos Açores não existe uma continuidade territorial, o que aumenta os custos. Nesse sentido, e dado não terem sido verificados condicionalismos ao nível da deslocação temática da inovação, pode levantar-se a questão de diferenciação de tratamentos no caso dos Açores.

O Sr. Deputado Helder Amaral questionou o sentido de fazer um Plano de Actividades e um Orçamento se posteriormente não é concretizado. De seguida, recordou que o Regimento da Assembleia prevê o quórum mínimo para funcionamento da Comissão, que deveria ser respeitado neste caso.

A Sra. Deputada Rosário Águas sugeriu que a posição assumida pelo Sr. Deputado Afonso Candal deveria ser remetida ao PAR.

O Sr. Presidente deu conta que seria enviado um ofício ao PAR em resposta ao despacho, dando, igualmente, conta da deliberação da CAEIDR de não realizar a visita nos termos estabelecidos pelo despacho.

Finalmente, o Sr. Presidente deu conta do Ofício do Sr. Presidente da Subcomissão de Turismo, dando conta da Audição do Dr. Luís Patrão – na prossecução do Plano de Actividades da Subcomissão – solicitando a sua divulgação por todos os Deputados e convidando os interessados a comparecerem.

A reunião foi encerrada às 15:30 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 4 de Março 2008

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Rui Vieira)

Folha de Presenças

Estavam presentes nesta reunião os seguintes Srs. Deputados:

- Afonso Candal
- Agostinho Lopes
- António Almeida Henriques
- Carlos Poço
- Ceia da Silva
- David Martins
- Helder Amaral
- Hortense Martins
- Hugo Velosa
- Jorge Seguro Sanches
- José Miguel Gonçalves
- Lúcio Ferreira
- Luís Fazenda
- Melchior Moreira
- Mendes Bota
- Miguel Ginestal
- Rita Miguel
- Rosário Águas
- Rui Vieira
- Ventura Leite
- Fátima Pimenta
- Jorge Almeida
- Jorge Fão
- José Soeiro
- Miguel Laranjeiro
- Nuno Antão
- Teresa Venda

Faltaram os seguintes Srs. Deputados:

- Pedro Nuno Santos